

## CRESCIMENTO DA CLIENTELA ESCOLAR E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO:

uma questão de definir a quem beneficiar prioritariamente \*

GUIOMAR NAMO DE MELLO \*\*

### RESUMO

São discutidas as relações entre o crescimento da clientela escolar e a abertura de oportunidades educacionais para todos, colocando-se o problema da definição de prioridades em relação ao ensino de 1º grau, onde estão situadas as maiores desigualdades do sistema de ensino.

### SUMMARY

The relationship between population growth and educational opportunity is discussed. The assumption that high taxes of population growth explains the inequality of educational opportunity is criticized and a high priority for elementary education is advocated.

Tanto em países que apresentam altas taxas de crescimento populacional quanto naqueles em que esse crescimento está mais ou menos estabilizado, a origem social possui peso importante na determinação do acesso à escola e da quantidade e qualidade de educação formal que uma pessoa consegue obter. Sendo assim, não se pode atribuir direta e simplesmente ao aumento populacional os problemas educacionais de países como o nosso, problemas esses que podem quase sempre ser reduzidos ao modo pouco democrático com que os benefícios educacionais são distribuídos.

O que constitui particularidade das sociedades em rápida expansão demográfica é o fato de que nelas a seletividade da educação ocorre de modo muito mais

brutal. E isto porque o número dos que são alijados da escola é proporcionalmente muito maior do que o dos que são por ela beneficiados e, ainda mais, porque isto acontece precocemente, logo nos primeiros anos da idade escolar. Conseqüentemente, qualquer intervenção deliberada na política educacional desses países que tenha como finalidade eliminar ou atenuar a ação dos mecanismos seletivos, envolve decisões cruciais acerca do que é prioritário para o benefício da grande maioria.

O aumento populacional portanto, se não é o responsável pela origem e natureza dos nossos problemas educacionais deveria ser, sem dúvida, um dos principais condicionantes do tipo de prioridades a serem definidas no equacionamento das soluções para esses problemas. Se nos países desenvolvidos a maior democratização da educação está requerendo a revisão de padrões de qualidade do ensino e das condições de acesso à Universidade, entre nós essas questões, embora importantes, estão condicionadas à solução de problemas muito mais básicos como os grandes déficits quantitativos principalmente no ensino elementar e as altas taxas de perda nas séries iniciais desse ensino.

Acontece entretanto que as decisões sobre prioridades em educação passam necessariamente por

\* Comunicado apresentado no III Simpósio Anual sobre Brasil em Explosão Demográfica, promovido pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia e Academia de Ciências do Estado de São Paulo, em São Paulo, novembro de 1978.

\*\* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

1 Veja-se a este respeito, entre outros, os estudos feitos por J. S. Coleman (1966) e por Samuel Bowles e Herbert Gintis (1976), para os Estados Unidos; e para a França o trabalho de C. Baudelot e R. Estabiet (1973).

decisões políticas e econômicas mais gerais. Uma das características do crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas, foi a crescente concentração de renda<sup>2</sup>. Um modelo econômico concentrador desse tipo reflete-se em todos os demais setores sociais, e a educação não escapa a essa tendência por maior que seja a autonomia que a ela se atribua.

É neste panorama que se pode explicar porque, nos últimos anos nosso ensino superior cresceu a taxas muito maiores do que as do ensino de 1º grau<sup>3</sup>. Neste mesmo sentido apontam os dados relativos a várias gerações ou coortes educacionais. No período de 1942 a 1969 por exemplo, o número de crianças que conseguiu chegar ao ensino superior, em cada mil ingressantes no primário, quintuplicou, elevando-se de 10 para 56. Nesse mesmo período contudo a porcentagem de perda na passagem da 1ª para a 2ª série do 1º grau manteve-se praticamente inalterada, em torno de 60%<sup>4</sup>. De onde se conclui que a recente expansão de nosso sistema de ensino, especialmente nos seus estágios intermediários e superiores, operou-se no sentido de aumentar as oportunidades de prosseguimento de estudos para os 40% que sobrevivem à 1ª série elementar. A sorte dos 60% restantes permanece a mesma há pelo menos 3 décadas.

Dados mais recentes confirmam essa tendência, muito embora a educação tenha sido, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), explicitamente declarada como fator de redistribuição da riqueza. É assim por exemplo que as estimativas oficiais de 78% de taxa de escolarização real no 1º grau para o ano de 1974 (MEC, 1976), revelaram-se muito otimistas. Segundo dados colhidos para cinco regiões do país pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 1978), aquela taxa estava, em 1976, por volta de 67%, o que nos coloca na mesma situação registrada em 1970 (II PND, 1974). A expansão efetiva da base da pirâmide de matrículas apresenta portanto pouco progresso nos últimos anos, em que pese o aumento absoluto ocorrido em todos os graus. A mesma PNAD/76 revela, por outro lado, que a meta quantitativa estabelecida no II PND para o 2º e 3º graus estava próxima de ser atingida em 1976, indicando que, no que se refere aos graus mais avançados de ensino, provavelmente, chegaríamos ao ponto almejado para o final desta década. Indaga-se então a quem, na prática, foi concedida a prioridade da educação.

2 Segundo dados apresentados por Langoni (1973), enquanto em 1960 os 10% mais pobres da população detinham 1,17% da renda e os 10% mais ricos 39,66%, em 1970 esses números eram de 1,11% e 47,79% respectivamente.

3 Veja-se a respeito os dados apresentados por Cunha (1975) e Paiva (1978).

4 Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1977, p. 228.

Acrescente-se a esses dados o fato do crescimento da população escolarizável, para constatar que, se aumentam as matrículas de modo geral, aumenta também a cada ano, o número dos «perdedores» do sistema de ensino. Mais de 30% das nossas crianças entre 7 e 14 anos não estavam na escola em 1976, o que em número absoluto chegava a 6.779.150 (IBGE, 1978). Some-se a estas aquelas que abandonam a escola após o fracasso nas séries iniciais, e as que repetem a 1ª série dificultando ainda mais a matrícula de novas crianças, para termos idéia da dimensão desse problema. Problema que, por sua vez, é parte da explicação de outros, tais como: quase 20% de menores entre 10 e 14 anos já estão na força de trabalho, 2.470.382 em número absoluto; outros 20% dessa mesma faixa etária não sabem ler — 2.500.000 também em número absoluto (IBGE, 1978).

Estatísticas globais, tais como as apresentadas, têm, no entanto, o defeito de diluir as enormes disparidades regionais. Para poupar o leitor de novos números, diga-se apenas que as comparações são sempre desfavoráveis aos estados menos desenvolvidos e às zonas rurais, em todos os dados discutidos acima. Essas disparidades são, por sua vez, reveladoras do quanto a educação reflete a tendência concentracionista do crescimento econômico do país. Supô-la isoladamente fator de redistribuição da riqueza, seria desse modo, na melhor das hipóteses, uma ingenuidade.

O que parece válido afirmar é que qualquer política que se proponha seriamente um resultado social mais justo terá que enfrentar a questão educacional e defini-la de modo conveniente no conjunto de outras decisões a serem tomadas. E, neste caso, obviamente, a redistribuição deverá dar preferência àqueles que até agora receberam muito menos do que a contribuição de seu trabalho lhes faria merecer. Numa situação de crescimento populacional como a nossa, em que estes vêm a ser a grande maioria, tal dado deverá condicionar as decisões sobre educação. O ensino de 1º grau adquire então importância decisiva na medida em que é, reconhecidamente, aquele que beneficia às camadas mais amplas da população.

Não basta proclamar a educação como forma de salário indireto e, portanto, de promoção da justiça social. É preciso, concomitantemente, reconhecer que nossas carências educacionais são de tal monta que nem mesmo os desafios dos graus mais avançados de ensino poderão ser satisfatoriamente respondidos enquanto não conseguirmos dar a todas as crianças um ensino básico de boa qualidade. O que vai exigir, entre as medidas mais urgentes, a revisão dos critérios de distribuição dos recursos, de modo a am-

pliar consideravelmente a base tributária dos estados e municípios os quais são os mais diretamente responsáveis pelo ensino de 1º grau.

Manter o excesso de centralização na arrecadação dos recursos educacionais e ao mesmo tempo descentralizar a responsabilidade de implementação; conceder prioridade à pós-graduação, tal como se constata no último Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1976); ou deixar de criar meca-

nismos que regulem a expansão do ensino superior, apenas para citar alguns exemplos, é permanecer apenas no nível do proclamado nos planos.

Se se quer de fato redistribuir a quem não tem, é preciso repensar toda a política educacional, naquilo que é explicitado nos instrumentos de planejamento, e principalmente nos pressupostos que permanecem subjacentes mas que são, na prática, os orientadores efetivos da implementação dessa política.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAUDELLOT, C. et ESTABLET, R. 1973. *L'école capitaliste en France*. Paris, Maspero.

BOWLES S. and Gintis, H. 1976. *Schooling in capitalist America: educational reform and the contradictions of economic life*. New York, Basic Books.

BRASIL. Presidência da República. 1974. *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. 1976. *II Plano Setorial de Educação e Cultura*. Brasília.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. 1976. *II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Brasília.

COLEMAN, J. S. et alii. 1966. *Equality of educational opportunity*. Washington, U. S. Government Printing Office.

CUNHA, Luís A. C. R. 1975. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate e Crítica* nº 5.

FUNDAÇÃO IBGE. 1977. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, 1978. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 1976: regiões I, II, III, IV e V*. Rio de Janeiro.

LANGONI, C. G. 1973. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.

PAIVA, Vanilda, 1978. País de fraca memória. *Revista Veja*.

[Recebido para publicação em novembro de 1978]